



## DISCURSOS DA ELITE BRANCA LOCAL SOBRE RAÇA E POLÍTICAS DE REPARAÇÃO EM DUAS CIDADES NO INTERIOR DO NORDESTE: ENGENDRAMENTOS COTIDIANOS DO RACISMO

LOCAL WHITE ELITE SPEECHES ON RACE AND REPARATIONS  
POLICIES IN TWO CITIES IN THE INTERIOR OF THE NORTHEAST:  
DAILY ENGENDERINGS OF RACISM

James Ferreira MOURA JR\* 

Antonio Ailton de Sousa LIMA\*\* 

Francileuda Farrapo PORTELA\*\*\* 

---

**Resumo:** A elite, enquanto categoria relacional vinculada à branquitude, estrutura-se por meio do racismo. Neste sentido, esse estudo objetiva analisar os discursos da elite branca local de duas cidades do interior do Nordeste a partir das categorias de raça e de políticas públicas de reparação histórica. É uma chamada a refletir e a se debruçar sobre percepções elitistas e, principalmente, sobre as diferentes formas de racismo traduzidas em violência. A pesquisa tem um delineamento qualitativo, utilizando a técnica de entrevistas semiestruturadas com comerciantes e donos(as) de imóveis, totalizando a participação de oito interlocutores. Por meio da análise de conteúdo, foram evidenciados discursos racistas e meritocráticos acerca da população negra e das políticas de reparação. Com isso, identifica-se uma forte perspectiva colonial que se traduz em justificativas e práticas de discriminação a partir da invisibilização da violência histórica contra a população negra, mantendo e reproduzindo privilégios elitistas.

**Palavras-chave:** Racismo. Elite. Políticas afirmativas. Branquitude.

---

**Abstract:** The elite, as a relational category linked to whiteness, is structured through racism. In this sense, this study aims to analyze the speeches of the local white elite of two cities in the Northeast interior from the categories of race and public policies of historical reparation. It is a call to reflect and to focus on elitist perceptions and, mainly, on the different forms of racism translated into violence. The research has a qualitative design, using the technique of semi-structured interviews with businessmen and property owners, totaling the participation of eight interlocutors. Through content analysis, racist and meritocratic discourses about the black population and policies of reparation were highlighted. With this, a strong colonial perspective is identified, which translates into justifications and practices of discrimination based on the invisibilization of historical violence against the Black population, maintaining and reproducing elitist privileges.

**Keywords:** Racism. Elite. Affirmative politics. Whiteness.

---

Submetido em 05/05/2020.

Aceito em 15/09/2020.

---

\*Professor do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: jamesferreirajr@gmail.com

\*\*Mestrando em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: ailton\_lima12@hotmail.com

\*\*\*Mestranda em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. E-mail: cileudaportela@gmail.com



© O(s) Autor(es). 2020. Acesso Aberto. Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)).

## **INTRODUÇÃO**

Observa-se que as intersecções entre raça e classe no Brasil podem impactar de diferentes formas a vida dos indivíduos. A elite branca, portadora de privilégios, tem menores sensações de ser vítima de violência comparada com as outras classes sociais e com a população negra (LAVOR et al, 2018). De acordo com pesquisas realizadas no contexto brasileiro, as pessoas brancas são menos vítimas de violência no Brasil. Os negros e negras são 75% das vítimas de violência letal no país (IPEA; FBSP, 2019). Jovens negros morrem mais do que jovens brancos; mulheres negras são assassinadas em maior proporção e sofrem mais assédio do que as brancas. Por meio de quantitativos como esses, consegue-se estabelecer a relação entre violência/racismo e abismos raciais existentes. Tais práticas de violência estão baseadas em concepções preconceituosas que inferiorizam indivíduos e desvalorizam políticas de reparação (LIMA; VALA, 2004). Dessa maneira, compreender os discursos de preconceito pode ser uma ferramenta adequada para analisar as práticas de discriminação e violência (MOURA JR.; ALMEIDA SEGUNDO; BARBOSA, 2019). Nesse sentido, a gênese desses discursos racistas pode estar vinculada às elites locais brancas, incluindo as classes médias, a partir da compreensão estigmatizada de outras classes sociais e grupos não-brancos (MAIA; ZAMORA, 2018).

Conceitua-se o racismo como um conjunto de ações resultantes de ódio e aversão por pessoas não-brancas (LIMA; VALA, 2004). Essas percepções negativas podem ser também reproduzidas contra as políticas afirmativas voltadas para a população negra e partem do pressuposto de superioridade de um grupo racial branco em virtude de critérios de diferença (SCHWARCZ, 2019). Ao mesmo tempo, no Brasil, a branquitude está interseccionada com as classes altas, reproduzindo discursos estigmatizantes a outros grupos raciais e sociais (SOUZA, 2017). É o que Boaventura (2019) nomeia de linha abissal, segregando grupos e privilégios. Dessa forma, o racismo no Brasil torna-se um problema crônico, que se difundiu nos mais diversos contextos e dissemina-se entre as pessoas de forma naturalizada entre práticas evidentes e sutis (GUIMARÃES, 2009).

Vale ainda pontuar que, para Nunes (2006), o racismo se institucionaliza e se materializa nas relações sociais de diferentes formas. Nesse sentido, o racismo potencializa processos de discriminação, operando como prática de opressão que influencia e desperta sentimentos de inferioridade, de passividade e, conseqüentemente, de exclusão de privilégios (ALMEIDA, 2018). Portanto, carregam-se na sociedade marcas dessas violências motivadas e derivadas de problemáticas oriundas de perspectivas raciais, classistas e coloniais. Com isso em vista, este trabalho discorre sobre a problemática do racismo na estreita relação com os processos de construção e manutenção das elites; mais especificamente, da elite local de duas cidades do interior nordestino.

## **1. CONSTRUÇÕES HISTÓRICAS DO RACISMO E DAS ESTRATÉGIAS PARA SEU ENFRENTAMENTO A PARTIR DAS POLÍTICAS DE REPARAÇÃO**

Buscando estabelecer uma relação entre elite branca e seus discursos racistas, elabora-se um panorama histórico e conceitual para compreender os engendramentos de opressão, violência e privilégio. É necessário identificar a gênese da desigualdade social e racial brasileira. O Brasil foi o último país da América Latina a abolir o regime escravocrata, sendo um dos países que recebeu um grande contingente de africanos. Pessoas de diferentes etnias, culturas, línguas e crenças tiveram suas vivências entrelaçadas pelo colonialismo. Estima-se que, no início do século XIX, havia 3.181.000 pessoas que viviam no país, sendo que 60% desse contingente estava em situação de escravização (ALBUQUERQUE, 2006).

Nesse cenário, potencializam-se as práticas de preconceito e criminalização por parte das elites contra a população negra, condicionando-a a situações de vulnerabilidades sociais. Finda-se o período colonial, mas continuam havendo na sociedade processos coloniais de diferenciação e desigualdade, “em que a elite brasileira, diga-se por hora mesquinha, legitima os ataques contra a população indefesa, travestindo seu racismo em culturalismo” (SOUSA, 2017, p. 19). Este preconceito estruturou-se devido às formas políticas, sociais, econômicas e intelectuais que marcaram historicamente a relação estabelecida entre o Brasil e às práticas de racismo. O imaginário social construído a partir da representação do corpo negro na sociedade deve ser contextualizado, questionado e reconstruído, afinal trata-se de uma representação baseada em uma perspectiva estigmatizada, criminalizada e excludente. Deve-se avançar para a compreensão do racismo como estrutural na sociedade em detrimento da concepção atitudinal e individual, pois é necessário contextualizar essas relações racistas na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2018; CAMINO et al, 2001).

Nunes (2006) reflete sobre o lugar que a ciência ocupou na consolidação do preconceito contra negros(as), assim reproduzindo desigualdades raciais. É necessário questionar os processos ideológicos de criminalização e estigmatização do corpo negro, que se deparam com ideologias de igualdade racial em uma tentativa de polarizar o discurso e amenizar a imagem de um país racista. Práticas ainda presentes na contemporaneidade, “mudaram as aparências, mas a essência das relações sociais não mudou” (NUNES, 2006, p. 91).

No Brasil, o conceito de raça encontra-se mais relacionado à cor da pele e aos traços faciais do que à ancestralidade, de forma que essa classificação se relaciona ao nosso passado e ao mito da democracia racial pautado por Gilberto Freyre. A classificação de cor no país também tem proximidade em termos de indicadores socioeconômicos (HERINGER, 2002, p. 59), fomentando um conjunto de estigmas que afeta o cotidiano do(a) negro(a) brasileiro(a) e os espaços que ocupam. Pensar o “lugar” do negro na sociedade é perceber que essa construção se deu a partir de uma perspectiva eurocêntrica, branca, heterossexual, elitizada e racista. Em função dos seus privilégios, a elite agia em prol da manutenção de práticas opressivas a grupos

estigmatizados por sua cor, refletindo na literatura, em diversos âmbitos da sociedade e na própria existência desses sujeitos.

Camino *et al* (2001) discorrem sobre como as práticas racistas se manifestam e como as atitudes racistas se expressam em processos de internalização e conversão do próprio racismo nos indivíduos. Vala e Lima (2004) também se propõem a discorrer sobre as formas de expressão do preconceito e do racismo. Para os autores, o racismo moderno baseia-se no conjunto de crenças e avaliações que deslegitimam as pautas das populações negras a partir de considerações como as seguintes: "os meios e as demandas dos negros são inadequados ou injustos" e "os ganhos recentes dos negros não são merecidos e as instituições sociais lhes dão mais atenção do que eles deveriam receber" (VALA; LIMA, 2004, p. 404). Os pesquisadores apontam ainda que, no país, se apresenta as práticas do racismo cordial, onde a discriminação "contra os cidadãos não brancos (negros e mulatos), se caracteriza por uma polidez superficial revestido em atitudes e comportamentos discriminatórios, que se expressam ao nível das relações interpessoais através de piadas, ditos populares e brincadeiras" (VALA, LIMA, 2002, p. 407).

Ademais, com o complexo cenário racial brasileiro, geram-se questões em torno da cor e da raça. Elementos que influenciam as relações sociais e conseqüentemente desencadeiam mazelas sociais aos grupos de sujeitos não brancos. A cor é um elemento que identifica o sujeito ao primeiro contato. É como se a cor fosse uma denúncia do grupo étnico e racial, ou seja, o Brasil é "[...] um país com uma estrutura racista onde a cor da pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória" (GOMES, 2005, p. 46). Essa denúncia também funciona a partir de aspectos positivos, a cor como um parâmetro de branqueamento, o qual influencia as formas de tratamento e as relações desencadeadas entre os sujeitos mais próximos da matriz branca (CARDOSO, 2017).

Outro ponto a avaliar são as formas e as condições de vida proporcionadas a estes corpos negros, refletindo sobre as políticas públicas a favor deste grupo social e o compromisso do Estado. Após o período colonial e a abolição do regime escravocrata com a Lei Áurea (1888), o corpo negro passa por um novo processo de ressignificação no contexto social, agregando a desigualdade racial à pobreza. Colocado às margens e em condições de vida subalternas, constitui-se uma sociedade pautada na prática de exclusão do ex-escravizado(a) e pela tomada de políticas de branqueamento com a chegada de imigrantes. Historicamente, não apenas se manifestando nas relações sociais, mas nos âmbitos institucionais de forma estrutural e sistêmica, contava-se com a presença de práticas racistas e com a ausência de oportunidades educacionais, políticas de proteção social e políticas de inclusão no mercado de trabalho. Desta forma, a população negra teve dificuldades criadas pelo próprio Estado para a ascensão social (IPEA, 2008).

Assim, pontua-se, na contemporaneidade, a institucionalização de políticas de ações afirmativas está subsidiada por um aprimoramento jurídico pautado no princípio de igualdade de oportunidades na competição entre indivíduos livres (MOEHLECKE, 2002, p. 200). Assegurada pela lei nº12.990, a política de ações afirmativas visa "[...] a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação.

Seu objetivo é, portanto, o de fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho” (CONTINS; SANT’ANA, 1996, p. 210).

Destacam-se as cotas raciais no ensino superior como produto e ação direta das políticas de ações afirmativas amparada pela lei nº12.711, buscando diminuir as assimetrias ocasionadas pela cor da pele, que social e historicamente funcionaram como fator de segregação e exclusão. As políticas públicas têm como função operar como dispositivo no combate ao racismo e às desigualdades ocasionadas pelo mesmo. É importante pontuar que as políticas afirmativas devem ser compreendidas como “da trajetória contemporânea da militância negra, por meio de resistências e lutas disseminadas na esfera pública” (LÓPEZ, 2012, p. 124). Portanto, as práticas de reparação buscam o desenvolvimento de ações concretas de justiça devido às desigualdades históricas construídas (CROSBY; LYKES, 2019).

A principal política de reparação histórica no Brasil foi a lei de cotas para serviço público e para o acesso ao Ensino Superior, sendo um marco recente no contexto brasileiro e já resultando em mudanças estruturais no desenvolvimento social da população negra (CAMPELLO; RODRIGUES; SOUZA, 2017). Igualmente, foi desenvolvida uma política específica vinculada ao Ensino Superior com a criação, em 2011, de uma Instituição de Ensino Superior Pública no município de Redenção, primeira cidade que proclamou a abolição da escravatura no Brasil, localizada no interior do Ceará (MACHADO; LIMA, FURTADO, 2017). A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) é fruto da expansão do Ensino Superior em seu processo de interiorização com seus três *campi*: em Redenção e Acarape, no Ceará, e São Francisco do Conde, na Bahia. No entanto, é também uma universidade internacional que recebe estudantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), constituindo atualmente 25% do seu corpo discente advindo de Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e Timor Leste (UNILAB, 2018).

É importante pontuar que essas políticas de reparação são desenvolvidas como estratégia para enfrentamento de práticas coloniais que difundem desigualdades dicotômicas entre negro e branco, pobre e rico, periferia e centro. Frente às políticas públicas e às ações afirmativas, evidencia-se um movimento questionador de tais iniciativas composto por um grupo dotado de privilégios, o qual questiona a existência das ações afirmativas e critica as políticas de reparação social. Lima, Neves e Silva (2014) discorrem que as práticas preconceituosas em relação às ações afirmativas e às pessoas negras são resultados de relações de medo a partir da percepção de que essas ações ameaçam o poder ou a dominação desse grupo privilegiado caracterizado como elite.

Com isso, entende-se que práticas preconceituosas e racistas funcionam em prol da manutenção de um sistema opressivo, segregador e racista. Impõe-se um branqueamento e um padrão de vida para aqueles corpos considerados não brancos. Há uma série de discursos elitistas que buscam legitimar “que alguns sejam vistos como superiores e dignos de privilégios, e outros, sejam vistos como inferiores e merecedores de sua posição marginal e humilhante” (SOUZA, 2017, p. 45). Refere-se a uma “elite” que faz uso do seu espaço e mantém seus privilégios às custas de outros grupos sociais, ou seja, “a elite dos proprietários

mantém seu padrão predatório de sempre” (SOUZA, 2017, p. 64). É importante ressaltar que se trata de uma elite específica e distinta, localizada e relacional do interior de contextos rurais.

## **2. RELAÇÕES DA BRANQUITUDE ENTRE ELITES COMO MANUTENÇÃO DE PRIVILÉGIOS**

As concepções fundantes da ideia de elite são entrelaçadas desde sua origem, com a ideia de superioridade. Quando usada no contexto social, atrela-se a privilégios de uma classe frente a outra (BOTTOMORE, 1965). Barnabé (1999) menciona que o termo elite começa a ser usado, sobretudo na França do século XVI, para se referir a produtos com qualidade, surgindo em um contexto eurocêntrico vinculado à branquitude. No século XVIII, foi ampliado e passou a ser utilizado também para distinguir, a partir da superioridade, contextos diversos. Dessa maneira, os contextos sociais dotados de riqueza passaram a ser reconhecidos como superiores, o que permitiu classificar também pessoas. Nesse processo, há o entrelaçamento da riqueza eurocêntrica com a branquitude. A partir da colonização iniciada, passa a existir uma divisão racial do mundo em que a branquitude passa a ser sinônimo de superioridade (GROSFOGUEL, 2016), atrelando-se à riqueza. A colonialidade, que é entendida como o poder colonial presente nas classificações contemporâneas das sociedades ocidentais, invisibiliza essa construção desigual a partir da cor (QUIJANO, 1992). A branquitude acrítica está vinculada a uma compreensão meritocrática da sociedade, não questionando seu espaço de privilégio e sua indisponibilidade a qualquer tipo de perda simbólica, econômica e política (CARDOSO, 2017).

Desta forma, construiu-se, ideologicamente, a concepção de que havia algumas pessoas que se destacavam das demais por possuírem dons e/ou qualidades superiores em relação aos outros. Ou seja, havia uma elite e os outros restantes da sociedade eram considerados indivíduos comuns (PARETO, 1966). Compreende-se que a elite se apropria do termo elite e o faz para produzir sentido social, justificando por meio de forças superiores seus privilégios. Souza (2017) concebe que na sociedade brasileira as elites foram historicamente brancas, alinhadas ao poder patriarcal e estatal. Schwarcz (2019) aponta que havia a centralidade de uma dinâmica do mandonismo em que os desejos do senhor de engenho branco deveriam ser satisfeitos, sendo o corpo das mulheres, das crianças e da população negra desapropriados do estatuto de humanidade para satisfazer autoritariamente ao sujeito branco.

No século XX, após a 2ª Guerra Mundial, que provocou grandes transformações geopolíticas e sociais com as ondas de democratização, surge uma necessidade de se redefinir o que viria a ser elite (HUNTINGTON, 1994). Essas transformações criaram fissuras sociais que permitiram o surgimento de novas elites (BOTTOMORE, 1965), mas a centralidade da branquitude seguia estrutural nas sociedades ocidentais (GROSFOGUEL, 2016). Uma das primeiras tentativas de se redefinir o que seria elite incidiu sobre a ideia de que há um grupo intelectualmente superior a outro. Este grupo seria confiável para governar e representar os outros membros da sociedade. Assim, constrói-se um jogo de legitimidades representacionais (SPIVAK, 2010). As universidades passam a ser reconhecidas como elites intelectuais,

mas desenvolvendo ideologicamente práticas racistas e desiguais com uma estrutura hierarquizada de conhecimento e diferenciação da sociedade em geral (CASTRO-GOMEZ, 2007).

Entende-se como elite o “grupo que tem o máximo que se pode ter, inclusive, de modo geral, dinheiro, poder e prestígio - bem como todos os modos de vida a que estes levam” (MILLS, 1981, p. 17). Há um processo de reprodução das posições superiores na sociedade pelos mesmos grupos de pessoas, porque a elite mantém historicamente “sua posição nas grandes instituições, que são as bases necessárias do poder, da riqueza e do prestígio, e ao mesmo tempo constituem os meios principais do exercício do poder” (MILLS, 1981, p. 18). Souza (2017) reafirma que a elite não tem ligação condicionada pela renda, mas por acesso a privilégios (social, econômico, político, religioso) sobre outra classe. E, no contexto do racismo, a branquitude se apresenta como um dos mais relevantes privilégios. Ou seja, o fato de ser branco em uma sociedade racializada já coloca o indivíduo em um suposto lugar social preponderante e estabelece uma relação consigo e com os outros a partir de assimetrias de poder (SCHUCMAN, 2014).

Assim, “entende-se por essa palavra, os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação, uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio” (HEIZ, 2006, p. 7). Sendo as elites grupos de indivíduos que ocupam posições relevantes na sociedade, estes acabam por ser detentores de poder, força, influência e captação de privilégios que não são acessados pelas outras classes da sociedade. Isso dá certo poder às elites para a manipulação das classes posicionadas em processos de subalternização e também provoca disputas. Estas últimas ocorrem porque as não-elites reivindicam para si o “lugar” que é da elite. “De fato, haveria em todas as sociedades, ao longo do tempo, uma luta constante entre a elite no poder e os grupos excluídos. Não se trata, porém de uma luta de classes como acreditavam os marxistas, e sim, de elites” (GRYNSZPAN, 1996, p. 36).

No entanto, é importante pontuar a ideia de elite em uma perspectiva relacional. Se, de algum modo, a elite está vinculada ao acesso a lugares sociais de mando que passam pela dimensão financeira, como também de lugar hereditário, há a necessidade de conceber elite com diferentes matizes. A elite de uma metrópole não é exatamente a elite de uma cidade pequena. Contudo, relacionalmente essas elites são grupos privilegiados em seus contextos. No Brasil, Souza (2017) faz uma análise das elites e aponta a classe média alta como sendo diretamente influenciada por elas. Enxerga-se um processo de branquitude, que “[...] é entender a projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios” (BENTO, 2002, p. 14). É uma herança escravocrata, em que a branquitude herdou os privilégios e os mantém a partir de processos de subalternização da população negra.

Souza (2017) menciona que a classe média, fruto dos movimentos da modernidade, nasce com o capitalismo industrial. No Brasil, a classe média alta reproduz a cultura europeia, branca, cristã e heterossexual. É a marca do colonialismo que a sustenta. A classe média alta brasileira, que se concebe como elite, é na verdade servil a essa. No que se refere ao Brasil, deve-se atentar para o fato de que, pertencendo ao contexto da América Latina, seu processo de independência passa pelo poder das elites, que no cenário

brasileiro era espiritualmente europeia, bem como suas articulações e visões de mundo em prol da manutenção de seus privilégios (SILVA, 2015). Assim, a história brasileira se confunde com a história das elites brasileiras que se constrói no cenário colonialista. A elite brasileira teve mais vínculo com a Europa e, posteriormente, com rearticulação geopolítica com os Estados Unidos. Assim, os interesses das elites brasileiras voltam-se para polos globais da branquitude, menosprezando a maioria da população brasileira, que é negra. Portanto, é impossível distanciar as elites brasileiras das questões raciais. Os negros foram alocados historicamente, pelas elites, como não-cidadãos, não-elite, em um movimento que toca a colonialidade do poder.

É importante mencionar a estreita relação das elites com o capitalismo e deste com o processo de racialização dos povos, que é “o marco dentro do qual operam as outras relações sociais, de tipo classista ou estamental” (QUIJANO, 1992, p. 438), de produção e de manutenção de elites. Nesse sentido, as estruturas arquitetadas pelas elites, em seu espírito colonialista, configuram certo modo de operar que impede os negros de, mesmo diante de resistências, acessarem o lugar de elite e de reconhecimento. Por isso, é fundamental entender como as elites operam para justificar seus privilégios históricos como uma estratégia de romper esse ciclo vicioso de desigualdades sociais e raciais. Assim, este artigo tem como objetivo analisar os discursos da elite branca local de duas cidades do interior do Nordeste a partir das categorias de raça e políticas públicas de reparação histórica.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de Pesquisa**

O desenho metodológico da pesquisa foi baseado na método qualitativo que se refere à construção de interpretações da realidade a partir das análises dos(as) participantes (MINAYO; SANCHES, 1993). Dessa maneira, os discursos são reconhecidos a partir dos seus contextos sociais, culturais e pessoais (SLIFE; WILLIAMS, 1995).

#### **3.2 Técnica**

Foi utilizada a entrevista semiestruturada com objetivo de fornecer fluidez à fala do(a) entrevistado(a) por meio da evocação de perguntas abertas que captem os sentimentos, crenças e valores dos temas investigados (ALVES; SILVA, 1992). Deve-se estabelecer uma relação com o(a) entrevistado(a) baseada no respeito, na empatia e na horizontalidade. Tem-se como finalidade que a pessoa entrevistada se sinta acolhida ao expressar seu ponto de vista sobre os temas estudados. Igualmente, a entrevista deve ser gravada para fins de análise (FRASER; GONDIM, 2004). Neste estudo, o foco do roteiro das perguntas da entrevista semiestruturada foram as concepções de raça e de políticas de reparação dos(as) participantes.

#### **3.3 Contexto e participantes da Pesquisa**



Essa investigação ocorreu em duas cidades do interior do Nordeste, que no cenário brasileiro, aparecem na vanguarda do processo de abolição da escravatura. Isso talvez traga, para alguns, o imaginário de que, nesse contexto, as populações de Redenção<sup>1</sup> e Acarape<sup>2</sup> tenham uma vivência em relação ao preconceito de maneira distinta da que, historicamente, se percebe no Brasil. No entanto, essa compreensão será abordada no tópico “resultados e discussão”. As duas cidades compartilham em seus territórios os *campi* da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Esta instituição foi originada a partir do projeto de internacionalização e interiorização do ensino superior, com a possibilidade de promover reparação histórica do processo de colonização portuguesa a partir da integração de estudantes e docentes de países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que em sua maioria estão localizados no continente africano.

Para a construção dos critérios de participação buscou-se identificar pessoas com maior poder aquisitivo nas duas cidades. Referem-se àquelas portadoras de comércios de médio e grande porte e de empreendimentos imobiliários, como casas e apartamentos para aluguel (XIMENES; MOURA JR, 2013). Dessa maneira, pontua-se como critérios de participação: ser adulto(a); residir na cidade onde está sendo realizada a pesquisa por mais de 10 anos; ser dono(a) de imóveis ou de comércio; aceitar participar da investigação; assinar o termo de consentimento livre e esclarecido.

Foram entrevistados(as) oito participantes que possuem privilégios sociais demarcados por suas condições financeiras. No entanto, possuem características distintas referentes a questões de gênero. As entrevistas utilizadas referem-se aos seguintes interlocutores<sup>3</sup>: Joseph Safra, casado, branco, 61 anos, dono de comércio; Maria Bellizia, casada, branca, 48 anos, dona de comércio; Jorge Lemann, casado, branco, 58 anos, dono de comércio e imóveis; Eduardo Severino, casado, branco, 52 anos, dono de comércio e imóvel; Leia Aguiar, solteira, branca, 56 anos, dona de comércio; Daisy Igel, casada, branca, 47 anos, dona de comércio; Lena Aguiar, casada, branca, 64 anos, dona de imóveis; Valeria Ramos, solteira, branca, 27 anos, dona de comércio. Os nomes são fictícios.

### **3.4 Procedimentos metodológicos**

A partir da equipe de pesquisa composta por Bolsista de Iniciação Científica e voluntários(as), foram mapeados os principais comerciantes e donos de empreendimentos imobiliários das duas cidades. Com essas identificações foram realizadas visitas aos estabelecimentos imobiliários, comércios e casas dessas figuras da elite local. O objetivo desse primeiro contato realizado foi gerar um vínculo com os(as) participantes e apresentar a proposta da pesquisa. É importante salientar que o título e o objetivo geral da

---

<sup>1</sup> Contém cerca de 26.415 habitantes (Censo do IBGE de 2010), com o IDH 0,626. Principais atividades econômicas se dão por meio da agricultura e pecuária.

<sup>2</sup> Contém cerca 15.338 habitantes (IBGE 2010), com o IDH .0,606. Principais atividades econômicas concentradas em agricultura, pecuária e exploração de minérios.

<sup>3</sup> Pontuamos que utilizamos nomes fictícios a fim de preservar a identidade dos(as) envolvidos(as). A escolha se deu forma aleatória a partir de homens e mulheres com maior influência financeira no cenário brasileiro. Esclarecemos que não houve relação estrita entre as histórias das personagens e as narrativas das participantes da pesquisa.

pesquisa foram ocultados, pois poderiam afetar a disposição das pessoas entrevistadas. Assim, utilizou-se o procedimento de *debriefing* (KOLLER, 2008). Salienta-se que esse procedimento consta nas novas resoluções na pesquisa com seres humanos no Brasil.

Depois desse primeiro contato, os(as) participantes disponíveis a colaborar com a investigação forneceram seus números de telefone celular. Em seguida, foi planejado junto com os sujeitos de pesquisa os melhores horários e locais para realização das entrevistas. Elas foram realizadas em suas residências, comércios ou imóveis em diferentes turnos, tendo ocorrido pela manhã, tarde e noite. Além disso, usou-se o procedimento bola de neve (*snow ball*) para aumentar o número de possíveis participantes que ainda não tinham sido mapeados e contatados. As pessoas entrevistadas indicaram pessoas conhecidas que se encaixassem nos critérios elencados pela pesquisa (FLICK, 2009). As entrevistas foram gravadas a partir de um roteiro de perguntas semiestruturadas. O material foi transcrito e, em seguida, analisado por meio do software de análise Atlas.ti.

### **3.5 Análises e aspectos éticos**

Recorreu-se à Análise de Conteúdo. Há seis técnicas possíveis na utilização dessa abordagem, mas, neste estudo, utilizou-se a análise categorial. Primeiramente, foram definidas categorias dedutivas, estando abertas a categorias indutivas desenvolvidas pelo processo de análise da transcrição. Em seguida, na fase de codificação, foi utilizado como recorte a perspectiva temática vinculada às categorias analíticas. Na agregação, as categorias foram relacionadas entre si e/ou em macrocategorias (BARDIN, 2010). É importante salientar que a pesquisa cumpriu as normativas éticas de pesquisa com seres humanos, sendo aprovada no Comitê de Pesquisa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES: PERCEPÇÕES DA ELITE LOCAL SOBRE RAÇA E POLÍTICAS DE REPARAÇÃO**

É importante analisar que as cidades de moradia dos(as) participantes da pesquisa foram pioneiras no rompimento de práticas escravocratas, mas ainda mantém relações de poder colonial a partir da elite. Ou seja, há estruturas que potencializam as relações de exclusão e supremacia racial entre os sujeitos. Isso ocorre porque colonizar o espírito e as ideias de alguém é o primeiro passo para controlar seu corpo e suas oportunidades (SOUZA, 2017, p. 19). Concebe-se que os discursos feitos por uma determinada elite local compreende que há racismo, como explicitado na fala de Jorge Lemann: “Não, tem uma diferença, né? Por que existe o preconceito, né? Existe a questão de cor em todo o país, né? Não é só aqui. Você vê que em toda sociedade hoje existe esse problema, né?”. A partir da fala do entrevistado tem-se dimensão da

estruturalidade do racismo no Brasil, sendo repercutida em pequena ou grande escala. Campos (2017) menciona que esse fenômeno é concebido a partir de um plano ideológico, perpassando o campo da prática e desencadeando dimensões estruturais.

São discursos que direcionam para uma certa naturalização e justificativa dos papéis desempenhados por determinados grupos sociais, os quais foram regulamentados de modo estrutural. São concepções históricas sobre o negro que ainda se fazem presentes. Há um processo de culpabilização dos próprios indivíduos negros pela existência das práticas de discriminação racistas. Esse aspecto se evidencia quando, por exemplo, Maria Bellizia diz:

É porque as pessoas negras, elas se discriminam, porque jamais eu vou achar ruim se alguém me chamar de amarela, de branca. Eu não tô nem aí. Então eles também deveriam ser assim, tanto faz chamar negro, como não. Normal. Eu não vou chamar ele de loiro, porque ele vai se ofender. Então, eu acho que não vejo diferença, não. Todo mundo é cristão, somos filhos de Deus. Não há diferença. (Maria Bellizia)

Ao propor uma solução para o racismo sentido e, por vezes, denunciado pelos negros, Maria Bellizia acaba por culpabilizá-los pelo racismo: “se eles não ligassem, não haveria”. Há um processo de invisibilização da construção histórica e ideológica da divisão racial das sociedades modernas, assassinando, violentando e estigmatizando a população negra (GROSFUGUEL, 2016). Assim, Maria Bellizia não traz para sua análise a histórica relação de subalternidade e coisificação a qual a população negra foi submetida. Há uma visão e explicação branca de menosprezo e evidente culpabilização das vítimas de violência histórica, além de um esvaziamento da capacidade de auto-responsabilização. Não é, portanto, possível comparar a evocação da palavra negro, na forma adjetivada, como branco, amarelo, etc (SPIVAK, 2010).

No contexto da citação acima, é possível perceber que, por meio dos discursos de pessoas brancas, ainda se faz presente a ideia de democracia racial, segundo a qual todos possuem os mesmos direitos, privilégios e que pessoas negras vivenciam processos de vitimização. Ou seja, é um discurso que “contempla uma elite branca que, diferentemente de outros países que institucionalizaram o racismo, camuflou essa dominação racial e produziu desigualdades que vitimaram o negro” (PAULA, 2005, p. 190). Há uma naturalização dessas relações assimétricas entre brancos e negros (ALBUQUERQUE, 2006).

Nesse sentido, ainda se vivenciam estruturas coloniais nas relações entre grupos étnico-raciais, as quais se refletem nos modos de vida, em seus processos de subjetivação e nas interações e papéis sociais desempenhados pelos mesmos. Evoca-se um adágio popular bastante representativo acerca das práticas racistas que justificam tal estrutura. Muito frequentemente observa-se brancos, ao se referirem a um trabalho mau feito, dizerem que este é “serviço de preto”. Esse adágio, que é capilarmente disseminado na cultura do povo brasileiro, de forma suave é trazido em uma fala de Eduardo Severino:

A gente trabalha com vários tipos de pessoas. E às vezes essas pessoas... a gente observa que são quase parecidas, tem um desenvolvimento [*laboral*] quase parecidos. Mas infelizmente as pessoas não dão valor os negros, mas muitas vezes os negros são mais

trabalhadores do que os brancos, do que a classe branca! Tem mais coragem. (Eduardo Severino)

A prática de abordar divisão racial do trabalho como justificativa para indicar a existência de determinadas formas de trabalho para a população negra é caracterizada por uma concepção racista (LIMA; VALA, 2004). Assim, entende-se que essa ideia é advinda das estruturas do preconceito racista a partir da busca por classificar qualquer raça com adjetivos rotuladores e essencializadores. Da mesma forma, cria-se a compreensão de virilidade do negro (embora com uma masculinidade subordinada) e da mulher negra como parideira, fortalecendo mitos sobre a força de trabalho (BERNARDINO-COSTA, 2015). Assim, reafirma-se um lugar para o corpo negro para trabalhos distintos, ou seja, a servidão (SOUZA, 2017). Nesse sentido, as atividades laborais do branco são tidas como aquelas de tecer conjecturas e delegar atividades para subordinados, como o poder branco presente no mandonismo no Brasil (SCHWARCZ, 2019).

Ainda com essa compreensão errônea de democracia racial, há o surgimento de concepções equivocadas sobre racismo reverso. Esta compreensão é encontrada na fala de Leia Aguiar, mulher branca, no período em que trabalhava como professora:

Então, quem é que tá com preconceito, sou eu ou é eles contra eu? Eu me lembro muito de uma meninazinha que quando eu era professora ali. Ela era pretinha, e eu falava com ela. Eu dizia assim: '[nome da criança] isso assim.' Ela olhava pra mim, não respondia. Eu achava tão esquisito. Aí, eu toda obediente. 'aí isso assim'. Aí passou. Quando foi depois, ela passou pra outros professores, que passou pra uma que era pretinha, da cor da pele dela. Aí disse: 'Maria, a [nome da criança] fala contigo?' 'Fala.' 'Pois pergunta porque ela não falava comigo. Aí depois eu pergunto pra tu' 'Porque tu não falava com a tia Leia Aguiar?' 'Porque ela era branca.' De quem era racismo? Meu ou dela? Eu pejei pra me comunicar com essa menina. Passei um ano. Nunca falou comigo. Pois ela disse pra professora que era da cor dela, que ela não falava comigo, porque eu era branca. O preconceito era dela. Não era meu (Leia Aguiar).

O marcador de cor de Leia Aguiar está vinculado a uma perspectiva de branquitude acrítica. Ou seja, ela não se reconhece como detentora de privilégio e se coloca em posição de vítima, invisibilizando os processos de subalternização históricos vividos pela população negra (CARDOSO, 2017), impedindo-a de acessar esse lugar de sentido e percepção de si daquela criança. Deve-se considerar também que essa fala aponta para uma relação assimétrica em vários sentidos, na qual se estabelecem processos hierárquicos: pelo fato de ser demarcada pela relação entre uma mulher branca e uma menina negra; pelo diminutivo referente a menção da cor da professora e da criança como 'pretinha'; e pelo lugar de professora detentora do conhecimento. Além disso, a entrevistada ainda culpabiliza a criança como racista, supostamente agindo de forma errada e preconceituosa com a professora. De acordo com Ribeiro (2017), o racismo reverso é uma falácia da branquitude para invisibilizar a violência histórica que alicerça as práticas de discriminação e as desigualdades contemporâneas vivenciadas pela população negra em uma sociedade racializada. Scriptori e Junior (2010) discorrem que o aluno negro tende a internalizar violências e práticas preconceituosas. A consequência desse processo pode ser um possível fracasso escolar na evasão.

Nessa lógica, o racismo perpassa a trajetória escolar e acadêmica de negros(as) no Brasil. Por isso, é de fundamental importância a Lei Federal 10.639/2003. Ela foi um marco na educação brasileira, porque fundamenta a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Educação Básica (BRASIL, 2003). Assim, pode fornecer a base para construção de uma educação antirracista (FELIPE, 2020). Igualmente, a política de cotas para negros e negras no Ensino Superior é essencial para tornar esse espaço mais democrático e menos desigual racialmente (BRASIL, 2012). No entanto, apesar dessas iniciativas, a universidade ainda é espaço elitizado, onde a existência desse corpo negro é questionada e negada (MELO; RESENDE, 2020; CASTRO-GÓMEZ, 2007). Com isso, é necessário fazer um movimento inverso, potencializando as identidades negras durante sua trajetória escolar e acadêmica. Nesse sentido “[...]a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma” (GOMES, 2005, p. 44).

Na perspectiva de potencializar e reconhecer identidades no espaço escolar e acadêmico, menciona-se a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB). Em 2011, esta instituição teve suas atividades acadêmicas iniciadas, visando a reparação histórica, a interiorização do ensino superior e a integração de diferentes grupos étnicos raciais (MACHADO; LIMA; FURTADO, 2017). Com base na institucionalização dessas políticas, apontamos a percepção dos comerciantes e donos de imóveis a partir de estudantes negros e estrangeiros.

O que eu acho errado da universidade, o branco e o preto, é assim... porque dizem aí que em todas as universidades têm uma cota determinada de vaga pra alunos pretos, né? E outros pros brancos? Eu acho que tinha que ser “pau a pau”. Era para ser pelo conhecimento e não pela cor, quer dizer que isso já é uma discriminação. Tinha que ser ‘pau a pau’. O branco e o preto tinham que estudar igual e não ter essa diferença de vaga pro preto, de vaga pro deficiente. Eu acho que devia ser “pau a pau” (Maria Bellizia).

Na fala acima, percebe-se uma ideia de meritocracia novamente invisibilizando as disparidades econômicas, sociais, culturais e educacionais entre as populações branca e negra. Por ela, os privilégios precisam ser mantidos. Por isso, há o questionamento de qualquer política de reparação existente apesar de, historicamente, as vagas ocupadas no Ensino Superior serem de brancos com estabilidade financeira (PERRONI; BRANDÃO, 2009). A elite vivencia constantemente um espelhamento da sua forma de vida nas análises que desenvolve sobre a realidade, tendo dificuldade de desaprender conhecimentos pautados em práticas racistas (SPIVAK, 2010). É importante ressaltar que essa ideia de meritocracia conflui a uma ideologia de democracia racial. Ferreira (2002) menciona que há o silenciamento das práticas racistas e preconceituosas e o apoio à estigmatização de qualquer política de reparação.

O racismo moderno identifica qualquer ação afirmativa como uma prática desigual, pois concebe que a população negra não é merecedora desse tipo de política em virtude de não identificar que esses indivíduos são alvos de práticas de subalternização (LIMA; VALA, 2004). Nesse sentido, a fala de Maria Bellizia acima invisibiliza o entendimento de qualquer forma de discriminação e violência contra a população

negra, colocando a mesma em paridade com a população branca e questionando qualquer política de reparação como estratégia válida. Esse posicionamento parte de uma perspectiva privilegiada enquanto mulher branca e detentora de uma determinada condição financeira. São percepções como estas e o não conhecimento dos processos históricos raciais que promovem concepções deturpadas do racismo. Seguindo a mesma ideia, Valéria Ramos menciona que a inserção de cotas raciais é uma política racista.

Eu não sei se eu tô certa, sabe? Mas eu acho que quando eu coloco cotas pra negro eu estou sendo racista, porque não era pra existir isso. Nós não podemos medir espaços como se ele fosse diferente de um branco, que tem o mesmo direito de estar estudando. Eu acho que teria que mudar essa política pra não chegar ao ponto de se estipular cota pra negro, porque eles não têm oportunidade. Eu acho que as leis deviam ser revistas, entendeu? Eu acho que isso é discriminatório (Valéria Ramos).

Diante das colocações da entrevistada, percebe-se novamente que o racismo se constitui a partir do não reconhecimento de processos de subalternização e exclusão do corpo negro. Almeida (2018) discorre que o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não familiares” (ALMEIDA, 2018, p. 38). Além disso, identifica-se que nesse discurso, há compreensão de uma perda de espaço e privilégio da classe média entendida como elite. Sobre este aspecto, Souza (2017) afirma que a elite brasileira tem dificuldade de se compreender como detentora de posições privilegiadas, mas, quando há o desenvolvimento de políticas afirmativas, esses privilégios são reconhecidos como direito, invalidando as políticas de reparação como uma estratégia discriminatória. A branquitude acrítica, de acordo com Maia (2017), está baseada em uma ignorância branca. Esta, segundo Mills (1981), é uma forma de pensar que se estabelece a partir do ocultamento da discussão sobre como os privilégios foram adquiridos.

Outro entrevistado menciona sua percepção equivocada sobre a chegada de estudantes africanos nas pequenas cidades em que ainda prevalece uma ótica colonial em suas colocações. Fica evidente essa compreensão em falas como: “também tem isso, o município já foi palco da escravidão. E hoje os escravos vem pra cá pra cursar faculdade. Os pretos vinham trabalhar nos engenhos e hoje eles vêm pra cá pra se formarem no Brasil” (Joseph Safra). A enunciação acima se refere aos alunos africanos que vêm estudar na UNILAB. Nessa declaração, fica evidente como a criação colonial da ideia de raça justificou as assimetrias e as desigualdades sociais, tornando-se uma prática natural ideologicamente construída nas relações entre brancos e não-brancos. Nesse sentido, o discurso de Joseph Safra traz de forma escancarada essas desigualdades, posicionando os estudantes africanos ainda como escravizados.

É de suma importância (re)conhecer como se constitui a lógica racial no país para poder compreender como as práticas e os discursos constituem a produção de subjetividade do racismo (MAIA; ZAMORA, 2018). Dessa maneira, é possível compreender que, de acordo com Souza (2019) e com a análise das entrevistas, o colonialismo com sua divisão racial ainda se faz presente nos discursos e práticas, não havendo um processo de interrupção da lógica da metrópole e da colônia. A colonialidade é este padrão de poder concreto que tem bases coloniais presentes nos modos de pensar, sentir e analisar a sociedade

(QUIJANO, 1992). Esse poder torna-se ainda mais evidente porque o sujeito enunciativo desse discurso advém da elite. Porém, seguindo a dinâmica colonial, segundo Spivak (2010), esse mesmo entrevistado seria também reconhecido como subalternizado, pois não está inserido na localização eurocêntrica portadora da centralidade do poder ocidental.

No entanto, essa subalternidade das elites não é justificativa para a presença de discursos racistas. Na realidade, essas avaliações meritocráticas e preconceituosas parecem ser mais presentes por conta de os entrevistados serem de uma elite local em contato direto com as populações negras e africanas que vivem nas cidades onde a pesquisa aconteceu, Redenção e Acarape. Assim, pode-se perceber de forma mais evidente a presença do racismo estrutural que, mesmo havendo uma instituição pública de ensino superior criada como política de reparação, ainda sustenta ecos mais fortes, justamente, por emanar do tecido social que é racista (ALMEIDA, 2018). Com isso, por meio dos discursos e narrativas da elite local, evidencia-se o quanto ainda são latentes as práticas racistas que põem o corpo negro em um lugar de subordinação, questionamento e opressão. São marcas nítidas de violência que ferem a existência do(a) negro(a) nos diversos espaços.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos discursos de comerciantes e de dono(as) de imóveis, foi possível alcançar o objetivo proposto ao registrar perspectivas coloniais e racistas que ainda se fazem presentes na atualidade. Embora os interlocutores da pesquisa tenham afirmado que não são racistas, há a presença marcante das explicações da desigualdade racial construída a partir de bases coloniais. Há práticas de culpabilização da população negra pela existência do racismo, de defesa da meritocracia e da existência de racismo reverso. A dicotomização entre negros e brancos e entre pobres e ricos foi percebida nas falas da elite local, usando do mito da democracia racial para sustentar suas articulações argumentativas, sem qualquer análise das assimetrias históricas e culturais às quais as pessoas foram (e ainda são) submetidas por sua cor da pele.

Dessa maneira, a elite branca local utiliza estratégias de invisibilização da estrutura racista da sociedade e de manutenção dos seus privilégios para reproduzir discursos preconceituosos. Identifica-se como limitação deste estudo a impossibilidade de incluir as elites políticas locais nessa investigação. Igualmente, poderia ter ocorrido um processo de triangulação metodológica com utilização da observação participante para acompanhar o cotidiano dos participantes. É necessário desenvolver mais investigações em outros contextos com elites urbanas para realizar comparações. Apesar disso, este estudo aponta para os domínios de uma elite local branca que ainda se mantém presente, legitimando e mantendo seus privilégios. É imprescindível posicionar as elites e a branquitude como objetos de pesquisa, pois são os fundamentos das desigualdades sociais e raciais presentes no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, W. R. de. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G.F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, vol. 2, p. 61-69.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- BARNABÉ, I. R. Elite, Classe Social e Poder Local. **Revista Estudos de Sociologia**. v. 4, n. 7, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/384>. Acessado em 12 de maio de 2019.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE; IRAY; BENTO, M. A. S. **Psicologia Social do Racismo**—Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, p. 25-58, 2002.
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, pp. 147-163, 2015.
- BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. Ed. Zahar: Rio de Janeiro, 1965.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 186 (Inteiro Teor do Acórdão)**. Tem como objeto o “sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial (cotas) no processo de seleção para ingresso em instituição pública de ensino superior”. Brasília: STF, 2012. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=269432069&ext=.pdf>. Acesso em: July 25, 2019.
- CAMINO, L.; SILVA, P. da ; MACHADO, A. O. ; PEREIRA, C. A Face Oculta do Racismo no Brasil: Uma análise Psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, v. 1, p. 13-36, 2001.
- CAMPELLO, T.; RODRIGUES, M.; SOUSA, M. F. Desigualdade racial: acesso a políticas universais na busca por equidade. In: CAMPELLO, T. (coordenação geral). **Faces da Desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás**. Brasil: CLACSO/FLACSO/Agenda Igualdade, 2017.
- CAMPOS, L. A. **Racismo em três dimensões: Uma abordagem realista-crítica**. Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), Rio de Janeiro – RJ, Brasil. 2017.
- CARDOSO, L. A branquitude acrílica revisitada e as críticas. In: MULLER, T. M. P. M., & CARDOSO, L. **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. (p. 33-52). Curitiba: Appris, 2017.



CASTRO-GÓMEZ, S. Decolonizar la Universidad: La hybris del punto cero y el dialogo de saberes. En: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón . **El giro decolonial**. Reflexiones para una verdad epistemica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del hombre Editores, 2007.

CONTINS, M.; SANT'ANA, L. C. O Movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Estudos Feministas**. IFCS/UFRJ-PPCIS/Uerj, v. 4, n. 1, p.209-220, 1996.

CROSBY, A.; LYKES, M. B. **Beyond repair?** Mayan women's protagonism in the aftermath of genocidal harm. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 2019.

FELIPE, D. A. Brasil – África: a formação docente para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana como estratégia de uma educação antirracista. **Revista Eletrônica de Educação**,v.14, 1-15, e3372087, jan./dez. 2020.

FERREIRA, R. F.. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. **Psicologia e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n.1, p. 69-86, 2002.

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, Artmed, 2009.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP. **A violência contra negros e negras no Brasil**. Disponível em: <<http://forumseguranca.org.br/perfil/a-violencia-contra-negros-e-negras-no-brasil/>> Acesso em de 15 Jan . de 2020

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, pp.139-152. 2004.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Ricardo Henriques. (Org.). **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03**. Ed. Brasília: SECAD/MEC, v. , p. 39-62, 2005.

GRYNSZPAN, M. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. In: **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n.41, Relume/Dumará, ANPOCS, 1996.

GROSFOGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. 3 ed. Editora 34, São Paulo, 2009.

HEIZ F. M. **Por outra história da Elite**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 18(Suplemento): p. 57-65, 2002.

HUNTINGTON, S. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. **Desigualdades raciais, racismo e políticas públicas: 120 anos após a abolição**. 2008. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4729/1/Comunicado\\_n4\\_Desigualdade.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4729/1/Comunicado_n4_Desigualdade.pdf)>. Acesso em: 14 de Out.. de 2019

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP. **Atlas da violência 2019**. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp->

content/uploads/2019/06/Atlas-da-Violencia-2019\_05jun\_vers%C3%A3o-coletiva.pdf > Acesso em de 15 Jan . de 2020

KOLLER, S. H. Ethics in research with human beings: Some issues about Psychology. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.13, p. 399-406, 2008.

LAVOR FILHO, T. L., BARBOSA, V. N. M., ALMEIDA SEGUNDO, D. S., MOURA JR., J. F., JANNUZI, P. M., & LIMA, R. S. Intersectional analyses from race and class: Fear of crime and authoritarianism in Brazil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 38(n.spe.2), 223–237, 2018.

LIMA, M. E. O; NEVES, P. S. C; SILVA, P. B. E. **A implantação de cotas na universidade**: Revista Brasileira de Educação. v. 19 n. 56 jan.-mar. 2014.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004.

LÓPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Comunicação Saúde Educação**. v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

MACHADO, E. G.; LIMA, E.; FURTADO, O. **Urbanização e desafios à política urbana em pequenas cidades**: o caso de Redenção, Ceará, no contexto de implementação da UNILAB. Políticas Públicas e Cidades, v. 5, n. 1, jul. 2017.

MAIA, S. A branquitude das classes médias: discurso moral e segregação social. IN: MULLER, T. M. P. M., & CARDOSO, L. **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. (p. 107-124). Curitiba: Appris, 2017.

MAIA, K.; ZAMORA, M. H. N. O Brasil e a Lógica Racial: Do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. **Psicologia Clínica**., Rio de Janeiro, vol. 30, n.2, p. 265 – 286, 2018

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos federais para docentes e ações afirmativas para candidatos negros. **Cadernos de Pesquisa**, v. 50, n. 175, p. 8-29, Mar. 2020 .

MILLS C. W. **A Elite do poder**. 4 ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cadernos de Saúde Pública**,v.9, n.3, 239-262, 1993.

MOEHLECKE, S. Ação Afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, novembro/ 2002.

MOURA, J.F., ALMEIDA SEGUNDO D.S., BARBOSA V.N.M. The Stigmatization of Poverty as a Basis of the Class Prejudice and Its Psychological Consequences. In: Ximenes V., Moura Jr. J., Cidade E., Nepomuceno B. (eds) **Psychosocial Implications of Poverty**. Springer, Cham, 2019.

NUNES, S. S. Racismo no Brasil: Tentativas de disfarce de uma violência explícita. **Psicologia USP**, 17(1), p. 89-98, 2006.

PARETO, V. As elites e o uso da força na sociedade. In: **Sociologia política**. Rio: Zahar, 1966.

PAULA, C. R. de. Magistério, reações do feminino e da brancura: a narrativa de um professor negro. In: ROMÃO, J. (Org). **Histórias da Educação do Negro e outras Histórias**. MEC: Brasília, 2005. Disponível em: <[http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia\\_educacao\\_negro.pdf](http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/historia_educacao_negro.pdf)>. Acesso em: 12 de Ago. de 2019

PERRONI, J; BRANDÃO, A. Seleção ou Exclusão: difícil acesso a instituições públicas de ensino. **Educação & Realidade**, vol. 34, núm. 1, enero-abril, p. 65-81, 2009.

QUIJANO, A. Colonialidad y Modernidad-Racionalidad. In: Bonilla, Heraclio. **Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Bogotá: Tercer Mundo, 1992.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017.

SANTOS, B. S. **O Fim do Império Cognitivo: As Afirmações das Epistemologias do Sul**. Ed. 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade**, 26(1), 83-94, 2014. < <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>>

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCRIPTORI, C. C.; JUNIOR, J, F, B. Discriminação e preconceito como fatores de violência e atitudes docentes como fator de promoção de resiliência na escola. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 431-448, set./dez. 2010.

SILVA L. T. **Uma análise comparativa dos conceitos de subalternidade e racialidade**. Temáticas, Campinas, 23, (45/46): 127-154, fev./dez. 2015.

SLIFE, B.D.; WILLIAMS, R.N. **O Que Existe Por Trás da Pesquisa**. Sage: Londres, 1995.

SOUZA, J. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**, São Paulo: Editora Leya, 2017.

SOUZA, H. R. C. O mal-estar da masculinidade negra contemporânea. **Research**, September, 2017. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/320024784>>. Acesso em 13 de março de 2020.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA (UNILAB). **Estatuto Geral da UNILAB**. Redenção: UNILAB, 2018. Disponível em: [http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/01/Estatuto-da-Uni-versidade-da-Integra%C3%A7%C3%A3o-Internacional-da-Lusofonia-Afro-Brasileira-a-provado-pela-resolu%C3%A7%C3%A3o-42\\_2016-e-alterado-pelas-resolu%C3%A7%C3%B5es-332017-e-34\\_2017.pdf](http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/01/Estatuto-da-Uni-versidade-da-Integra%C3%A7%C3%A3o-Internacional-da-Lusofonia-Afro-Brasileira-a-provado-pela-resolu%C3%A7%C3%A3o-42_2016-e-alterado-pelas-resolu%C3%A7%C3%B5es-332017-e-34_2017.pdf). Acesso em: 11 mar. 2019.

XIMENES, V.M.; MOURA JR., J. F. Psicologia comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: LEITE, J.F.; DIMENSTEIN, M.(Orgs.), **Psicologia e contextos rurais**. (Vol. 1, pp. 453-476). Natal: EDUFERN, 2013.

---

#### **Contribuições dos autores**

**James Ferreira Moura Junior** – Planejamento do artigo, desenvolvimento da metodologia, dos resultados e revisão final.

**Antonio Ailton de Sousa** – Revisão bibliográfica, pesquisa de campo, construção e revisão do manuscrito.

**Francileuda Farrapo Portela** – Revisão bibliográfica, construção e revisão do manuscrito.

---